



CONCURSO PÚBLICO

**“PDR2020 - Estabilização de emergência para o Município de Mação na
área percorrida pelo incêndio com início na Fundada – 2ª Fase –
Recuperação e tratamento da rede viária”**

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
Cláusula 1.ª - Objeto	3
Cláusula 2.ª - Local da prestação do serviço objeto do contrato	3
Cláusula 3.ª - Prazo da prestação do serviço	3
Cláusula 4.ª - Preço base	3
Cláusula 5.ª - Preço contratual	3
Cláusula 6.ª - Condições de pagamento	4
Cláusula 7.ª - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais.....	4
Cláusula 9.ª - Obrigações principais do adjudicatário	4
Cláusula 10.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços.....	4
Cláusula 11.ª - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 12.ª - Prazo do dever de sigilo.....	5
Cláusula 13.ª - Direitos de propriedade intelectual.....	5
Cláusula 14.ª - Obrigações do Município de Mação	5
Cláusula 15.ª - Contrato.....	5
Cláusula 16.ª - Gestor do contrato	6
Cláusula 17.ª - Penalidades contratuais	6
Cláusula 18.ª - Execução do contrato	6
Cláusula 19.ª - Incumprimento do contrato	7
Cláusula 20.ª - Extinção do contrato.....	7
Cláusula 21.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	7
Cláusula 22.ª - Casos fortuitos ou de força maior	7
Cláusula 23.ª - Resolução por parte do Município de Mação.....	8
Cláusula 24.ª - Resolução por parte do adjudicatário	8
Cláusula 25.ª - Caução	9
Cláusula 26.ª - Seguros	9
Cláusula 27.ª - Foro competente	9
Cláusula 28.ª - Deveres de informação.....	9
Cláusula 29.ª - Comunicações e notificações.....	9
Cláusula 30.ª - Contagem dos prazos	9
Cláusula 31.ª - Legislação aplicável.....	9
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	10
Cláusula 32.ª – Cláusulas Técnicas.....	10
PARTE III – PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO – CARTA I E CARTA II.....	13



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª - Objeto

1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por **Concurso Público**, que tem por objeto principal a prestação de serviços **“PDR2020 - Estabilização de emergência para o Município de Mação na área percorrida pelo incêndio com início na Fundada – 2ª Fase – Recuperação e tratamento da rede viária”**, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Código dos Contratos Públicos, doravante designado abreviadamente por CCP, na sua atual redação.

Cláusula 2.ª - Local da prestação do serviço objeto do contrato

A prestação de serviços, objeto do contrato decorrerá em vários pontos do Concelho de Mação, conforme indicado nas plantas de localização que fazem parte integrante do caderno de encargos, numa área total de **144,770 kms (cento e quarenta e quatro quilómetros e setenta e sete metros)**.

Cláusula 3.ª - Prazo da prestação do serviço

1- O período de vigência da presente prestação de serviços inicia-se a contar da data da outorga do contrato e vigora por um período de **180 (cento e oitenta) dias**, resultando ainda do cumprimento de todas obrigações por parte do adjudicatário resultantes da sua proposta.

2- O contrato mantém-se em vigor até ao final da prestação dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª - Preço base

1- O preço base do presente procedimento, que constitui o objeto do presente caderno de encargos, é de **€133.912,25 (cento e trinta e três mil novecentos e doze euros e vinte e cinco cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, sendo que o **preço unitário/quilómetro** não poderá ultrapassar o valor de **€925,00 (novecentos e vinte e cinco euros)**, acrescidos de iva à taxa legal em vigor.

2- O preço base e preço unitário são os preços máximos que o Município de Mação se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

3- Os preços referidos nos números anteriores da presente cláusula incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

4- Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, são excluídas as propostas cujos preços sejam superiores aos preços base referidos no n.º 1 do presente artigo.

Cláusula 5.ª - Preço contratual

1- O preço contratual é o que resultar da proposta adjudicada.



2- Pela prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Mação deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo todas as despesas com o pessoal do fornecedor, nomeadamente, salários, contribuições obrigatórias para a Segurança Social, seguros de acidentes de trabalho ou outros que se revelem necessários e todas as outras despesas sociais obrigatórias, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 6.ª - Condições de pagamento

1- Os pagamentos serão efetuados de acordo com o mapa de trabalhos realizados que seja apresentado mensalmente e após validação do mesmo por parte dos serviços técnicos competentes do Município de Mação.

2- As quantias devidas pelo Município de Mação, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a validação pelo Município de Mação das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo adjudicatário ao abrigo do contrato.

4- Em caso de discordância por parte do Município de Mação, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou qualquer outro meio que o Município de Mação ache por conveniente.

Cláusula 7.ª - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais são da competência do Sr. Presidente da Câmara, nos termos do artigo 50.º do CCP.

Cláusula 9.ª - Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no programa de procedimento, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, o prestador de serviços fica ainda obrigado, a título acessório, designadamente, a recorrer a todos os meios que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e complexa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 10.ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços

1- O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

2- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina a celebração de um contrato de prestação de serviços.



Cláusula 11.ª - Objeto do dever de sigilo

- 1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Mação, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pelo Município de Mação, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª - Direitos de propriedade intelectual

São da responsabilidade do adjudicatário os encargos decorrentes da utilização, no fornecimento dos serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.

Cláusula 14.ª - Obrigações do Município de Mação

- 1- Constituem, entre outras, obrigações do Município de Mação:
Monitorizar o fornecimento serviços no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviços definidos no presente Caderno de Encargos, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 15.ª - Contrato

- 1- O contrato será celebrado por escrito e é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2- Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Programa de Concurso e o presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) Outras peças do concurso.



3- Além dos documentos indicados no número anterior, o adjudicatário obriga-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, às normas portuguesas e europeias, às especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e às de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 16.ª - Gestor do contrato

1- A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2- A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do CCP.

Cláusula 17.ª - Penalidades contratuais

1-Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mação pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas, prazos e especificações transmitidas no âmbito da prestação do serviço objeto do contrato, até ao valor diário por cada dia de atraso de 3% do valor total do contrato.

NOTA: Nos casos em que se obtenha, a título de penalidade, um valor superior aos limites definidos no art.º. 329.º do CCP, será este último o valor máximo aplicável.

2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Mação pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 25% do preço contratual inicial.

3- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mação tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4- O Município de Mação pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Mação exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.ª - Execução do contrato

1- As situações constituídas entre as partes devem ser exercidas e cumpridas de boa- fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.



2- Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a entidade adjudicante.

3- As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

4- O adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo esta, por sua vez, satisfazer os pedidos de informação formulados por aquele.

Cláusula 19.ª - Incumprimento do contrato

1- No caso de o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, deve a entidade adjudicante notificá-lo para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse na prestação.

2- Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, a entidade adjudicante pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, diretamente ou por intermédio de terceiro, ou resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo, nos termos previstos no CCP.

Cláusula 20.ª - Extinção do contrato

São causas de extinção do contrato, nos termos e casos previstos no CCP:

- a) O incumprimento, a impossibilidade definitiva e todas as demais causas de extinção das obrigações reconhecidas pela lei civil;
- b) A revogação por acordo entre as partes;
- c) A resolução por iniciativa do adjudicatário, bem como da entidade adjudicatária, designadamente a título sancionatório ou por razões de interesse público.

Cláusula 21.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 22.ª - Casos fortuitos ou de força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de quaisquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3- Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 23.ª - Resolução por parte do Município de Mação

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na lei, o Município de Mação, pode resolver a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das suas obrigações que lhe incumbem, designadamente no atraso, total ou parcial, na execução do serviço.

2- O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, dirigida ao adjudicatário, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento.

3- A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Mação, nos termos gerais de direito, a menos que seja determinado pelo Município.

Cláusula 24.ª - Resolução por parte do adjudicatário

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a)** Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros;
- b)** Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- c)** Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável ao Município de Mação;
- d)** Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Município de Mação por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda os 25% do preço contratual, excluindo juros;
- e)** Incumprimento pelo Município de Mação de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao concurso.

2- O direito de resolução é exercido por via judicial.



3- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Mação, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 25.ª - Caução

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação da caução.

Cláusula 26.ª - Seguros

1- É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguros a que esteja obrigado por lei, incluindo seguros de acidentes de trabalho ou outros que se revelem necessários, da mão-de-obra empregue no serviço a prestar.

2- O Município de Mação pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

Cláusula 27.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 28.ª - Deveres de informação

1- Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2- Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 29.ª - Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 30.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contados de acordo com o previsto no CCP articulado com o previsto no Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 31.ª - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no CCP, e demais legislação aplicável tudo na sua redação atual.



PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 32.^a – Cláusulas Técnicas

Código do projeto: PDR2020-814-062526

Especificações Técnicas Especiais Recuperação e tratamento da rede viária

Infraestruturas - Recuperação e tratamento da rede viária: 144.770 (km)

Recuperação das infraestruturas danificadas

OPERAÇÕES A REALIZAR

A proposta de intervenção tem por base a beneficiação de Rede Viária Florestal (RVF), definidos na Candidatura n.º - PDR2020-814-062526 rubrica Infraestruturas – Recuperação e tratamento da rede viária, nos locais pré-definidos e aprovados, sendo que como regra básica, têm obrigatoriamente que seguir as seguintes características técnicas:

Beneficiação de Rede Viária Florestal (RVF), nivelada para trânsito de viaturas, com largura mínima de 5 m nos locais onde esta largura for superior tem de ser respeitada a largura do local, com preparação de drenagem lateral construção ou reconstrução de valetas, construção ou reconstrução de tiragens (cortadoras) de água sempre que se justifique ou seja solicitado pela entidade adjudicatária e desobstrução dos aquedutos existentes, a executar com movimentação de terras.

A Rede Viária Florestal a intervencionar tem um comprimento total de 144.770 km. Conforme cartografia apresentada em anexo.

Devem de ser salvaguardadas todas as passagens de água não-permanentes ou permanentes.

Quanto às tiragens de água da Rede Viária Florestal, o Município de Mação reserva o direito até 6 meses após a realização dos trabalhos que estas intervenções sejam corrigidas nos locais onde se vier a verificar necessário.

Nas situações em que seja de prever grandes velocidades de fluxo de água, devem ser tomadas medidas especiais para reduzir a erosão das valas de drenagem, nomeadamente revestindo-as com pedras, betão ou outros materiais com o mesmo efeito.

Em zonas declivosas, escorregadias e nas curvas, os caminhos devem apresentar uma inclinação para o lado de dentro e nunca para o lado de fora, por forma a tornar mais segura a circulação dos veículos.

Sempre que possível, o curso natural das linhas de água não deve ser alterado e devem ser considerados caminhos alternativos por forma a minimizar o número de cruzamentos das linhas de água.



Rede Viária Florestal deve permitir um bom escoamento das águas, sem provocar problemas de escoamento superficial ou de erosão.

Os taludes, barreiras e cômodos existentes na RVF devem ser drenados, escorados e estabilizados podendo recorrer-se à remoção dos mesmos, se forem suscetíveis de se desmoronarem e atingir a RVF de forma a minimizar os riscos de erosão.

As operações anteriores podem ser efetuadas com recurso aos seguintes equipamentos e processos, isoladamente ou em conjunto:

1. Para a Plataforma e drenagem lateral, a utilização de meios mecânicos, designadamente meios pesados, como tratores de rasto e motoniveladoras.
2. Para o apoio às operações acima descritas, a utilização de meios manuais e moto-manuais.

Como definição suplementar, de carácter obrigatório explicitam-se as seguintes normas:

1. Nas laterais à Rede Viária Florestal não deve ser acumulado material resultante das operações mecânicas, manuais e moto-manuais necessárias, a descoberto ou coberto com terra.
2. O material arbóreo e arbustivo que seja retirado das bermas, deve ser eliminado com recurso a:
 - a. Queima;
 - b. Destroçamento e enterramento no solo por ação mecânica, entre as quais por gradagem;
 - c. Estilhaçamento e queima ou espalhamento;
 - d. Estilhaçamento e eliminação por transporte do local;
3. O material arbóreo e arbustivo que numa faixa de 5 m confinantes com a rede viária a realizar e que esteja ou se verifique que venha a cair para a faixa de rodagem impedindo a circulação de viaturas, tem ser cortado com recurso a motosserra.
4. No caso de necessidade de podas e cortes de árvores protegidas por lei terão que ser alvo de autorização de acordo com a legislação em vigor, sendo que para tal têm obrigatoriamente que ser identificadas e emitida a devida autorização pelo ICNF, I.P.



5. Marcos limite de propriedade, estes devem de ser salvaguardados sempre que surjam nos locais onde as máquinas tenham que realizar trabalhos. Ficando a entidade prestadora dos serviços responsável pela sua manutenção e no caso de destruição dos mesmos pela sua recolocação durante um período de 2 anos a pós a realização das intervenções.

6. Acesso à outra rede viária confinante com a RVF sujeita a concurso, serventias e propriedades confinantes, devem de ser mantidos e nivelados, facilitando a circulação quer por viaturas e ou acesso pedonal, o Município de Mação reserva o direito até 6 meses após a realização dos trabalhos que estas intervenções sejam corrigidas nos locais onde se vier a verificar necessário.

A responsabilidade do resultado final (que tem obrigatoriamente de respeitar as características técnicas acima previstas) é exclusivamente da entidade adjudicatária com aprovação prévia da entidade adjudicante que acompanha os trabalhos.



PARTE III – PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO – CARTA I E CARTA II

Legenda:

Locais de Investimento

— REDE VIÁRIA IL506814343
144.770 (km)

Limites Administrativos

□ Limite Concelho

Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89
Projecção Cartográfica: Transversa de Mercator

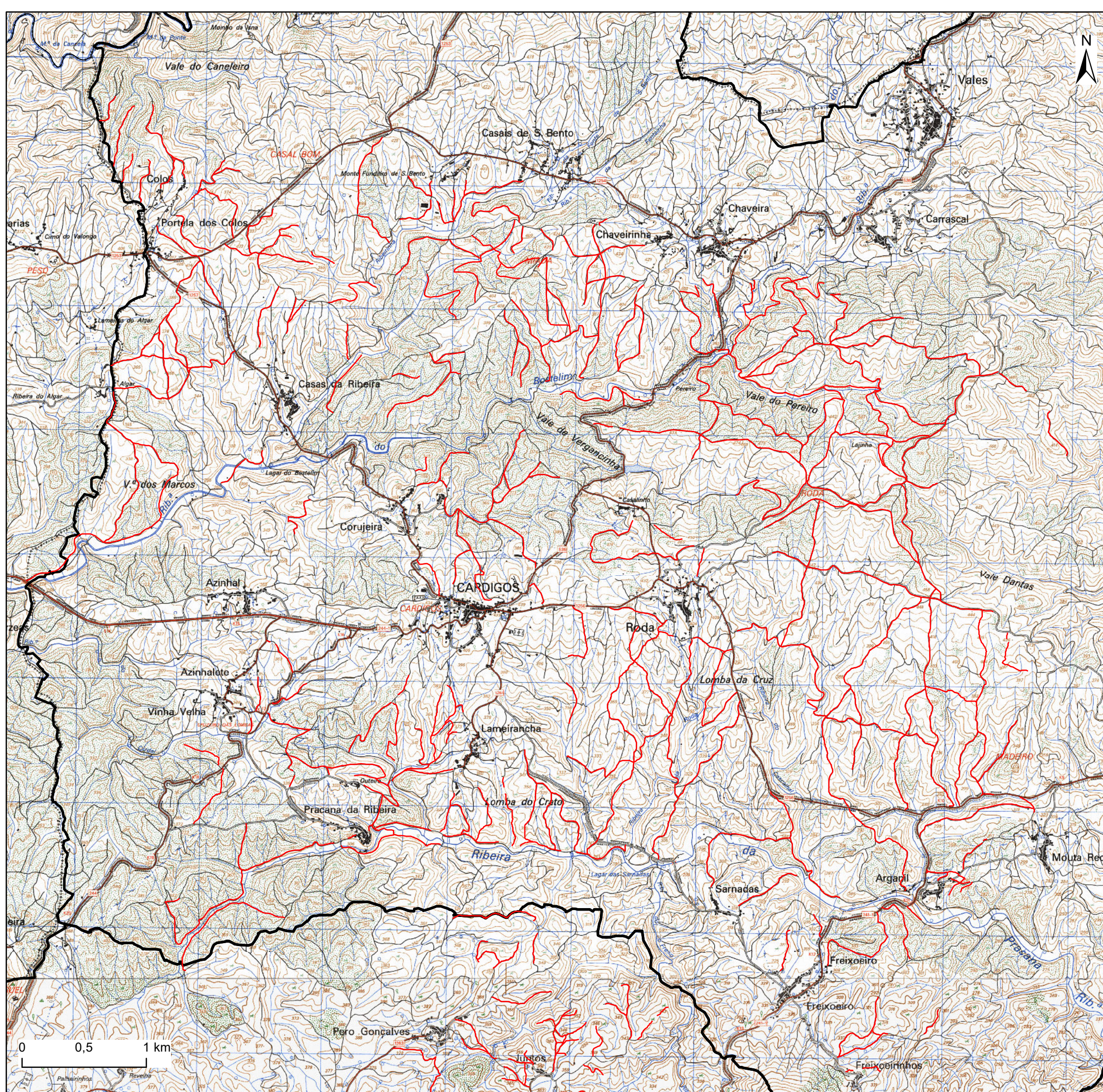
Município de Mação



DATA DE ELABORAÇÃO:

ABRIL DE 2021

CARTA I



CARTOGRAFIA DE LOCALIZAÇÃO 2ª FASE
CÓDIGO DO PROJETO: PDR2020-814-062526
RESTABELECIMENTO DA FLORESTA AFETADA
POR AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS OU
ACONTECIMENTOS CATASTRÓFICOS - ESTABILIZAÇÃO
PÓS INCÊNDIO (FUNDADA E ROLÂ)
RECUPERAÇÃO E TRATAMENTO DA REDE VIÁRIA

Legenda:

Locais de Investimento

— REDE VIÁRIA IL506814343
144.770 (km)

Limites Administrativos

□ Limite Concelho

Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89
Projecção Cartográfica: Transversa de Mercator

Município de Mação



DATA DE ELABORAÇÃO:

ABRIL DE 2021

CARTA II